



A TEMÁTICA SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PERSPECTIVAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Guilherme Adroaldo Moraes Pereira*
Marluce Raquel Decian Corrêa**

RESUMO

Objetivou-se com este trabalho analisar a abordagem da temática saúde na Educação Física escolar, pela perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para a realização do estudo lançou-se mão da pesquisa documental, tendo como objeto de estudo a BNCC. O acesso ao material se deu através do sítio oficial da própria base, onde se analisou detalhadamente o documento. De acordo com os achados da pesquisa, é possível afirmar que, na etapa do Ensino Fundamental, a temática em questão fica subestimada, sendo tratada apenas como uma habilidade das ginásticas e não como uma unidade temática. Quanto à etapa do Ensino Médio, o assunto é abordado de forma irrisória e muito aquém do necessário, ficando clara a transversalização e a flexibilização exagerada da temática.

Palavras-chave: Base nacional comum curricular; Educação Física; Saúde.

THE THEME HEALTH IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: PERSPECTIVES OF THE COMMON NATIONAL CURRICULAR BASE

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the approach of the theme health in school physical education, from the perspective of the Common National Curriculum Base (BNCC). For the accomplishment of the study it was used the documentary research, having as object of study the BNCC. Access to the material was through the official website of the base, where it was analyzed in detail to the document. According to the findings, in the elementary school stage, the theme in question is underestimated, being treated only as a gymnastics skill and not as a thematic unit. As for the high school stage, the subject is approached in a derisory manner and much to those who need it, making clear the exaggerated flexibility of the subject.

Keywords: Common national curriculum base; Physical education; Health.

EL TEMA DE LA SALUD EN LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR: PERSPECTIVAS DEL CURRÍCULO NACIONAL DE BASE COMÚN

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue analizar el enfoque de la salud en la educación física escolar, desde la perspectiva del Base Curricular Común Nacional (BNCC). Para llevar a cabo el estudio, se utilizó

* Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Técnico Superior em Educação Física na Prefeitura Municipal de Pelotas. E-mail: gamp.pereira@gmail.com

** Doutora em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. E-mail: marlucedecian@gmail.com

la investigación documental, teniendo como objeto de estudio el BNCC. El acceso al material se realizó a través del sitio web oficial de la propia base, donde se analizó el documento en detalle. Según los resultados, en la etapa de la escuela primaria se subestima el tema, siendo tratado solo como una habilidad de gimnasia. Con respecto a la etapa de la escuela secundaria, el tema se aborda de manera irrisoria, lo que deja en claro la exagerada transversalización y flexibilidad del tema.

Palabras clave: Base curricular nacional común; Educación física; Salud.

INTRODUÇÃO

Caracterizando-se como um documento orientador o qual vem sendo idealizado há décadas na educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) finalmente virou realidade. Ao iniciarmos o debate sobre o tema, é necessário que se faça uma breve retomada dos marcos históricos e legais que levaram à conclusão e à homologação da BNCC (BRASIL, 2018).

Com a promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988, já ficava previsto o estabelecimento de uma base nacional comum para a educação formal do país, pois, em seu artigo 210, é proposto que sejam fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988). Na mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 regulamenta uma base nacional comum, influenciando os currículos de todos os níveis da Educação Básica (BRASIL, 1996). Também são importantes para a criação da BNCC, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), o Plano Nacional de Educação (2014-2024) (BRASIL, 2014) e a 2ª Conferência Nacional pela Educação (CONAE) de 2014, a qual é um importante referencial para o processo de mobilização para a BNCC.

No ano de 2015, a primeira versão da BNCC para o Ensino Fundamental é disponibilizada para consulta na internet e, após receber contribuições e ajustes, é finalmente homologada em 2017. No tocante à etapa do Ensino Médio, ela é disponibilizada no ano de 2018, tendo sua publicação e homologação no final desse mesmo ano, agora compreendendo todas as etapas da educação básica em um único documento (BRASIL, 2019).

É importante destacar que a necessidade de uma base nacional comum está, dentre outros motivos, na pluralidade cultural do país e, também, nas suas dimensões continentais. Conforme afirma Boscatto (2016), a educação formal apresenta, não raramente, dificuldades no processo de ensinar e de aprender, sendo que a elaboração de uma base curricular poderia

auxiliar os docentes a superar problemáticas pedagógicas. Além disso, entende-se que os professores das escolas necessitam de elementos balizadores do currículo, sendo possível identificar e sistematizar os conhecimentos essenciais de cada componente curricular.

Dessa forma, conforme o próprio texto da BNCC, tal documento objetiva tornar possível a adequação dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas públicas e particulares brasileiras, garantindo o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes e o seu desenvolvimento integral por meio de dez (10) competências gerais para a Educação Básica. Não obstante, o documento normativo também pretende influenciar a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais (BRASIL, 2018).

As competências gerais preconizadas na BNCC deverão ser alcançadas ao longo das três etapas da educação básica, através do estabelecimento de um trabalho estruturado numa sequência lógica, na ordem decrescente de amplitude, conforme segue: Áreas de Conhecimento, Componentes Curriculares, Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades.

A Educação Física (EF), por sua vez, caracteriza-se como um dos componentes curriculares da grande área das Linguagens e foi assim alocada a partir do conceito de Cultura Corporal de Movimento, a qual tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, sendo uma forma expressiva dos sujeitos e patrimônio cultural da humanidade. Por outro lado, entende-se necessário um bom embasamento teórico no documento para essa classificação da EF, conforme questiona Rodrigues (2016), salientando que, no Brasil, para fins de graduação e pós-graduação esse componente curricular é reconhecido como parte da área da saúde.

Ao observarmos a estreita relação da EF no Brasil com a grande área da Saúde, é natural pensarmos na importância dessa temática para tal componente curricular. No entanto, para discorrermos sobre essa temática, antes é necessário ter ciência do quão complexa ela é, pois mesmo em tempos atuais ainda não há um consenso entre estudiosos da área sobre a metodologia de trabalho da temática saúde entre os muros da escola e a sua alocação como conteúdo da EF escolar. Monteiro e Bizzo (2015) afirmam que são poucos os documentos oficiais que apontam perspectivas e definem diretrizes para o desenvolvimento dos temas relacionados à saúde na escola, podendo-se destacar o parecer 2.246/74 do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1974) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). Ainda para tais autores, é necessário que a escola se estabeleça como um local que possibilite aos alunos

a aprendizagem dos diversos fatores que determinam a sua própria saúde e da comunidade em que vivem, sendo capazes de se posicionar criticamente em relação a essas condições.

Para debater a temática da saúde na EF também é imprescindível citar a concepção de Saúde Renovada, que tem como principais teóricos Guedes e Guedes (1993), Nahas (2001) e Darido (2003). Nessa concepção, objetiva-se incluir a saúde como conteúdo das aulas de EF, trabalhando a aptidão física relacionada à saúde como um meio de informar, conscientizar e mudar atitudes, visando à autonomia do aluno em relação à prática de atividade física e de hábitos saudáveis ao longo de toda a vida (ZANCHA *et al*, 2013). Nesse sentido, Spohr *et al.* (2014) afirma que a disciplina de EF vem se destacando nas ações de promoção à saúde, com intervenções de base escolar, através de programas de atividade física com crianças e adolescentes.

Considerando que a BNCC é um documento recente, ainda há poucos estudos que explorem as particularidades desse documento tão importante para a educação nacional. Não obstante, o tema saúde também é recente quando consideramos a sua abordagem dentro da EF escolar, porém, na atualidade, a sua importância vem se explicitando cada vez mais. Dessa forma, cresce a necessidade de aperfeiçoar as estratégias de trabalho para com a temática, bem como testar se tais estratégias são suficientes, uma vez que os principais beneficiários deste estudo serão os educadores e, por consequência, os educandos. Assim, objetivou-se com este trabalho compreender como a temática saúde na EF escolar é tratada, pela perspectiva da BNCC, tanto na etapa do Ensino Fundamental, quanto na etapa do Ensino Médio, levando em conta a sua relevância para o componente curricular.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista que a proposta da pesquisa é compreender como a temática saúde na EF escolar é tratada, pela perspectiva da BNCC, lançamos mão da pesquisa documental que, na visão de May (2004), facilita a compreensão do contexto, uma vez que os documentos são entendidos como fontes que podem expressar uma realidade, não neutra, tornando possível traçar um paralelo entre a descrição e a efetivação dos fenômenos aos quais eles correspondem, localizando-os em um contexto social e político.

A partir do exposto, delimitamos como objeto para análise a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – a parte que trata da Educação Física tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio – que, por sua vez, vem a ser um documento de caráter normativo

que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

O acesso à BNCC se deu através do sítio oficial da própria base (BRASIL, 2018). A coleta de dados ocorreu através da análise detalhada da BNCC para o Ensino Fundamental e da BNCC para o Ensino Médio no decorrer do mês de setembro de 2019. Nesses documentos, a pesquisa ocorreu por meio da ferramenta de busca de texto do próprio documento “PDF”, buscando-se pelo termo “saúde”, nas partes gerais dos documentos e, também, nas partes específicas do componente curricular Educação Física. A partir dessa consulta, organizou-se a separação dos dados referentes ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, para posterior análise.

A análise dos dados foi realizada através de leitura minuciosa, categorizando os resultados em dois documentos: Saúde no Ensino Fundamental e Saúde no Ensino Médio, para posterior discussão.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Saúde no Ensino Fundamental: uma habilidade das Ginásticas

Para iniciarmos essa explanação a respeito do que traz a BNCC quanto à temática saúde, é necessário citar que, logo na introdução, o documento expõe alguns temas contemporâneos que devem ser trabalhados de forma transversal e integradora, dentre eles, está a Saúde. Além disso, também é recomendado que essas temáticas sejam tratadas de forma contextualizada, de acordo com cada sistema de ensino ou escola.

Conforme exposto com brevidade no início deste trabalho, é importante explicar como o componente curricular EF se estrutura na BNCC. Pode-se dizer que a BNCC está organizada do “macro para o micro”, a saber: Áreas de Conhecimento, Componentes Curriculares, Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento (OC) e Habilidades.

No que tange à etapa do Ensino Fundamental, dentre outras quatro áreas, a área de conhecimento de especial interesse no presente estudo é a área das Linguagens, pois é onde está inserido o componente curricular EF. Tal componente curricular está dividido em seis Unidades Temáticas: Brincadeiras e jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas corporais de aventura.

De acordo com a análise do documento, foi possível verificar que o termo “saúde” começa a ser citado no texto referente à EF, onde se afirma que as práticas corporais

oportunizam aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e de saúde. Além disso, também são citados os elementos fundamentais comuns às práticas corporais, dentre eles, o “produto cultural”, o qual está vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde.

A análise também apontou que a saúde é abordada, de forma mais consistente, apenas a partir do 6º ano, principalmente dentro da unidade temática das Ginásticas. As ginásticas ainda se subdividem em três OC, que são a Ginástica geral, a Ginástica de condicionamento físico e a Ginástica de conscientização corporal, sendo que os dois últimos são os que mais se relacionam com a temática saúde.

A Ginástica de condicionamento físico e a Ginástica de conscientização corporal ainda são subdivididas em “Habilidades” e é nesse momento que a temática saúde é tratada de forma mais explícita. É importante destacar que até o quinto ano, onde o objeto de conhecimento atuante é o da ginástica geral, a saúde não aparece como habilidade a ser desenvolvida.

O texto base também preconiza que, a partir do sexto ano, os estudantes já têm condições de assimilar um conhecimento mais aprofundado sobre as práticas corporais, dentre elas, a saúde e o lazer, lançando mão dessas práticas inclusive fora da escola. Dessa forma, coloca-se para o sexto e o sétimo anos, no OC, ginástica de condicionamento físico, as seguintes habilidades:

1. Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática;
2. Construir, coletivamente, procedimentos e normas de convívio que viabilizem a participação de todos na prática de exercícios físicos, com o objetivo de promover a saúde;
3. Diferenciar exercício físico de atividade física e propor alternativas para a prática de exercícios físicos dentro e fora do ambiente escolar (BRASIL, 2018, p. 233).

Quanto ao oitavo e ao nono anos, recomenda-se o trabalho de dois OC, a ginástica de condicionamento físico e a ginástica de conscientização corporal, sendo que se relacionam com a temática de estudo as seguintes habilidades:

1. Experimentar e fruir um ou mais programas de exercícios físicos, identificando as exigências corporais desses diferentes programas e reconhecendo a importância de uma prática individualizada, adequada às características e necessidades de cada sujeito;
2. Discutir as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e beleza, considerando a forma como são apresentados nos diferentes meios (científico, midiático etc.);

3. Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais;
4. Experimentar e fruir um ou mais tipos de ginástica de conscientização corporal, identificando as exigências corporais dos mesmos;
5. Identificar as diferenças e semelhanças entre a ginástica de conscientização corporal e as de condicionamento físico e discutir como a prática de cada uma dessas manifestações pode contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde, bem-estar e cuidado consigo mesmo (BRASIL, 2018, p. 236).

O que mais chama atenção aqui é a colocação da saúde como uma habilidade das Ginásticas e não como uma unidade temática da EF, sendo claramente tratada em terceiro plano. Em contraponto a isso, encontramos na literatura o referencial curricular “Lições do Rio Grande”, do componente curricular EF, elaborado por González e Fraga (2009), o qual organiza o ensino da EF na escola a partir de “temas estruturadores”, que, segundo os autores, caracterizam-se por apresentar, de forma organizada, conhecimentos que constituem o objeto de estudo da área. Nesse referencial curricular, a temática saúde é tratada como um dos temas estruturadores e denominada “práticas corporais e saúde”, a qual ainda é subdividida em eixos, para sua efetiva aplicação. Cabe destacar aqui a preocupação dos autores em distanciar-se de uma concepção hegemônica de saúde apenas como prescrição de exercícios físicos, mas uma saúde enquanto conteúdo de relevância social para a comunidade a ser ensinado e problematizado nas aulas, caracterizado pelo campo conceitual do “saber-falar sobre”.

Por outro lado, Rufino e Darido (2011) desenvolveram estudo com uma turma do Ensino Fundamental em uma escola no interior de São Paulo, buscando verificar o modo de trabalho da temática saúde e também o uso do livro didático na disciplina de EF. Os resultados apontaram que a saúde, enquanto temática transversal participa insatisfatoriamente da prática pedagógica tanto da EF, quanto das outras disciplinas curriculares, situação evidenciada no discurso dos alunos, demonstrando a falta de problematização desse tema em sala de aula.

Tais autores sugerem como alternativa a inclusão do tema transversal da saúde não só nas aulas de Educação Física, mas em todas as disciplinas. Além disso, é imprescindível não só incluir, mas desenvolvê-lo, de forma eficiente, dando subsídios para que os alunos possam compreender o conceito de saúde em seus múltiplos sentidos e significados. Ainda no estudo em questão sugere-se a construção e a aplicação do livro didático na disciplina de EF, podendo tornar mais efetivo o trabalho da temática saúde e a inserção deliberada dessa temática nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas.

Devide (2003) ainda salienta que apenas a participação dos alunos nas aulas de EF, ou a adoção da prática de exercícios físicos na rotina não podem ser encaradas como suficientes

para prevenir ou solucionar os problemas de saúde, deixando claro que a temática deve ser trabalhada e, acima de tudo, problematizada com os alunos.

Além disso, é imprescindível que o professor de EF esteja preparado e atualizado quanto ao conceito multifatorial da saúde, à sua dimensão social e, portanto, coletiva, para que tenha condições de ampliar a relação de compromisso da EF com as concepções de educação para a saúde. Essas implicações fazem surgir também a necessidade de uma mudança na formação de professores de EF, inserindo novos conceitos e quebrando certos paradigmas hegemônicos, como o biologicista e o da esportivização, que ainda imperam no currículo dos cursos de graduação.

Saúde no Ensino Médio: a completa transversalização da temática

Conforme preconizou a reforma do Ensino Médio, a BNCC para essa etapa baseia-se no estabelecimento de conteúdos mínimos, mas principalmente na flexibilização para os currículos dos sistemas de ensino e de escolas.

De acordo com o texto introdutório da base, é necessário “recriar o Ensino Médio”:

(...) assim mostra-se imprescindível reconhecer que as rápidas transformações na dinâmica social contemporânea, em grande parte decorrentes do desenvolvimento tecnológico, atingem diretamente as populações jovens e, portanto, suas demandas de formação (BRASIL, 2018, p. 462).

O documento orientador também idealiza que, nesse novo modelo, as escolas possam oferecer experiências que favoreçam a preparação básica para o trabalho e a cidadania, supondo o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se, de forma ativa, crítica, criativa e responsável, em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível. Dessa forma, propõe-se uma organização curricular diferente, em relação à BNCC do Ensino Fundamental.

O currículo do Ensino Médio será composto pela BNCC e por “itinerários formativos”, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. Segundo o texto da base, essa estrutura adota a flexibilidade como princípio de organização curricular, visando permitir a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes.

Cabe ressaltar que esse novo arranjo na BNCC do Ensino Médio é bastante peculiar, pois os únicos componentes curriculares que aparecem em destaque são a Língua Portuguesa e a Matemática, os demais são citados na forma de “Competências” e “Habilidades”, dentro de cada grande área de conhecimento e têm a sua forma de trabalho flexibilizada de acordo com a organização curricular de cada sistema de ensino e/ou escola.

Tal qual na etapa do Ensino Fundamental, a EF aqui é citada dentro da área de Linguagens e suas Tecnologias e afirma-se que a sua prática pedagógica possibilita aos estudantes explorarem o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais, estimulando o desenvolvimento da curiosidade intelectual, da pesquisa e da capacidade de argumentação.

Neira (2018), analisando de uma forma geral a EF da BNCC, faz a seguinte conjectura:

Por tudo isso, a BNCC sugere ao professor a direção oposta daquela que tem tomado a Educação Física contemporânea. A ausência de criticidade é alarmante. O documento homologado volta-se para a conformação e aceitação de um desenho social injusto, num momento histórico em que os professores deveriam ser apoiados na elaboração de currículos democráticos e democratizantes (NEIRA, 2018, p. 222).

Especificamente à temática saúde, o texto traz que as práticas corporais visam também à reflexão crítica a respeito das relações entre práticas corporais, mídia e consumo, como também quanto a padrões de beleza, exercício, desempenho físico e saúde. Além disso, objetiva-se que os estudantes sejam desafiados a refletir sobre as suas práticas, aprofundando seus conhecimentos sobre as potencialidades e os limites do corpo, a importância de assumir um estilo de vida ativo, e os componentes do movimento relacionados à manutenção da saúde.

Esse conjunto de experiências, para além de desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e a saúde, a socialização e o entretenimento, favorece o diálogo com as demais áreas de conhecimento, ampliando a compreensão dos estudantes a respeito dos fenômenos da gestualidade e das dinâmicas sociais associadas às práticas corporais.

Na BNCC do Ensino Médio, a saúde é apenas citada dentro de uma das “habilidades” da Competência específica 5, que é a competência da área de Linguagens e suas tecnologias, que tematiza as práticas corporais (Educação Física, que aqui não é tratada explicitamente como componente curricular). A competência específica cinco objetiva:

Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade (BNCC, 2018, p. 495).

É importante frisar também que, no que se refere à EF, nessa etapa da base, não há uma recomendação de desenvolvimento de unidades temáticas (conteúdos) de acordo com anos escolares, inclusive os conteúdos são aqui tratados como “conjunto de práticas corporais” e apenas afirma-se que, para o desenvolvimento dessa competência (EF), é fundamental que os jovens experimentem práticas corporais acompanhadas de momentos de reflexão, leitura e produção de discursos.

Para a competência específica que trata das práticas corporais são elencadas três habilidades, sendo que uma delas melhor se relaciona com a temática saúde, a saber: “Vivenciar práticas corporais e significá-las em seu projeto de vida, como forma de autoconhecimento, autocuidado com o corpo e com a saúde, socialização e entretenimento” (BNCC, 2018, p. 495).

Nesse trecho, fica perceptível o objetivo de influenciar os estudantes a adotarem um estilo de vida fisicamente ativo e saudável mesmo após o período escolar.

Observa-se, nessa etapa da BNCC, em relação à temática saúde, uma “transversalização” e uma flexibilização exacerbada, pois tal conteúdo poderia ser trabalhado sem uma sistematização nos três anos do Ensino Médio, ou até mesmo não ser trabalhado. Esses fatos reforçam as ideias de Rufino et al. (2014), que, em seu estudo, confirma a desvalorização e a pouca representatividade que a EF apresenta neste nível de ensino, o que evidencia a necessidade de maiores estudos e análises que corroborem com a prática pedagógica na escola. Além disso, o autor ainda cita que é preciso que se construam políticas públicas que valorizem tanto o Ensino Médio de maneira geral, quanto a EF nessa etapa.

Buscando apresentar uma alternativa de trabalho para a temática saúde, Sampaio e Nascimento (2018) realizaram estudo com duas turmas de Ensino Médio em uma cidade do Ceará, objetivando descrever e analisar a relação de ensino e aprendizagem com o conteúdo “exercício físico e saúde” na Educação Física escolar. Os autores desenvolveram uma unidade didática, baseando-se nas três dimensões dos conteúdos da EF, conceitual – procedimental e atitudinal (DARIDO, 2012).

Foram trabalhadas nas aulas algumas capacidades físicas específicas e também o assunto “Corpo, saúde e sociedade”, colocando-se como objetivos dentro de cada aula: “praticar para conhecer; refletir sobre questões que permeiam o universo do exercício físico e saúde; compreender de forma ampla sobre conceito de saúde”. Ao final do estudo, concluiu-se que a experiência legitimou a ideia de uma EF que ultrapasse a compreensão mecânica do movimento humano. O “exercício físico e saúde” é um tema passível de estudo, reinterpretação e apropriação reflexiva (SAMPAIO e NASCIMENTO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as pretensões do presente estudo, que buscou compreender como a temática saúde na EF escolar é tratada, pela perspectiva da BNCC, é possível afirmar que, na etapa do Ensino Fundamental, a temática em questão é subestimada, uma vez que é tratada apenas como uma habilidade das ginásticas e não como uma unidade temática, como seria mais adequado para um assunto de tal relevância.

Entende-se que, para um desenvolvimento efetivo da temática saúde, é necessário sistematizar tal conteúdo, dando subsídios para que os alunos possam compreender o conceito de saúde em seus múltiplos sentidos e significados.

Quanto à etapa do Ensino Médio, diferentemente da etapa anterior, a saúde não chega a ser nem uma habilidade, apenas é citada dentro de uma das habilidades da competência que trata da EF, ou seja, o assunto é abordado de forma irrisória e muito aquém do necessário, considerando principalmente a faixa etária em que os estudantes se encontram.

Desse modo, fica evidente aqui a transversalização e a flexibilização exagerada da temática, sendo que, pela BNCC atual, a saúde poderia ser trabalhada sem uma sistematização nos três anos do Ensino Médio, ou até mesmo nem ser trabalhada. Além disso, é impossível deixar de observar também a desvalorização e a pouca representatividade que, tanto a EF, quanto a saúde, apresentam neste nível de ensino.

Por fim, é importante frisar que a BNCC é um documento normativo para a organização dos currículos dos sistemas de ensino e projetos pedagógicos das escolas e, tendo como pressuposto a flexibilização curricular, é possível que as escolas optem por dar ênfase às disciplinas e aos conteúdos que julguem mais importantes para o seu contexto, entretanto, tratando-se de EF e saúde, a própria BNCC não sugere tal ênfase, pois ela própria não o faz.

Nessa direção, julga-se necessário que sejam desenvolvidos estudos após a efetiva implementação da BNCC nas escolas, buscando verificar os efeitos desse novo documento nas práticas pedagógicas cotidianas e, principalmente, no modo de trabalho das temáticas aqui exploradas. A partir disso, será possível traçar e sugerir novas metodologias de trabalho, conforme a necessidade das escolas e baseadas em exemplos bem-sucedidos.

REFERÊNCIAS

BOSCATTO, J. D.; IMPOLCETTO, F. M.; DARIDO, S. C. A Base Nacional comum Curricular: uma proposição necessária para a Educação Física? **Motrivência** v. 28, n. 48, p. 96-112, setembro/2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Histórico. Versão final. 2018. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 06/10/2019.

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. 2018. Disponível em: <http://www.base.nacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 06/10/2019.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer 2.246/74. Ensino de 1º e 2º graus. Educação da Saúde e Programas de Saúde**. Documento 165. Brasília. 1974.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF. 1997.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares para Educação Básica**. Brasília, DF, 1997.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2014.
- DARIDO, S. C. **A avaliação da Educação Física na escola**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica. v. 16, p. 127-140, 2012.
- DARIDO, S. C. **Educação Física na Escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- DEVIDE, F. P. **A Educação Física escolar como via de educação para a saúde**. In: BAGRICHEVSKY, M.; PALMA, A.; ESTEVÃO, A. (Orgs.) *A saúde em debate na Educação Física*. Blumenau-SC: Edites, 2003.
- GONZÁLEZ, F. J.; FRAGA, A. B. **Referencial Curricular de Educação Física**. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico (org.). *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul – Lições do Rio Grande: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, 2009, v. II.
- GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Subsídios para implementação de programas direcionados à promoção da saúde através da Educação Física Escolar. **Revista da APEF**, Londrina, v. 8, n. 15 p. 3-11, jan. 1993.
- MAY, T. **Teoria social e pesquisa social**. In: MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MONTEIRO, P. H. N.; BIZZO, N. A saúde na escola: análise dos documentos de referência nos quarenta anos de obrigatoriedade dos programas de saúde, 1971-2011. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 411- 427, 2015.
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 2. ed. Londrina: Midiograf, 2001.
- NEIRA, M. G. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Rev Bras Ciênc Esporte**. v. 40, n. 3, p. 215-223. 2018.
- RODRIGUES, A. T. Base Nacional Comum Curricular para a área de linguagens e o componente curricular Educação Física. **Motrivivência** v. 28, n. 48, p. 32-41. 2016.
- RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. Livro didático e tema transversal saúde: o que dizem os alunos? **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Porto Alegre. 2011.
- RUFINO, L. G. B. *et al.* Educação Física escolar no Ensino Médio: analisando o estado da arte. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis. v. 36, n. 2, supl., p. 353-369. 2014.
- SAMPAIO, J. M. F.; NASCIMENTO, P. R. B. Possibilidades didáticas nas aulas de Educação Física: o conteúdo “exercício físico e saúde” no Ensino Médio. **Caderno de Educação Física e Esporte**. Marechal Cândido Rondon – PR. v. 16, n. 2, p. 113-118. 2018.
- SPOHR, C. F. *et al.* Atividade física e saúde na Educação Física escolar: efetividade de um ano do projeto “Educação Física +”. **Rev Bras Ativ Fis e Saúde**. v. 19, n. 3, p. 300-313. 2014.
- ZANCHA, D. *et al.* Conhecimento dos professores de Educação Física escolar sobre a abordagem saúde renovada e a temática saúde. **Revista Conexões**, Campinas. v. 11, n. 1, p. 204-217. 2013.